

NECROPOLÍTICA , NECROPODER:FACE A FACE COM A EXISTÊNCIA HUMANA

Nancy Rigatto Mello¹
Marcia Aparecida Amador Mascia²

Resumo: A problemática de desigualdades que permeia a sociedade desde a sua formação é representada por um grupo que mantém as normas para manter-se em convivência e é instalado na mentalidade dela todas as condições sobre as quais a grande maioria das pessoas devem viver e morrer. A centralização do poder, com o agravante do racismo, manteve seu espaço garantido na história da educação, privilegiando e excluindo por motivos similares o acesso ao conhecimento, onde a população serve como um objetivo de produção para a manutenção do poder. Enquanto traremos visões sobre a educação como interesse da sociedade, é importante não perdermos a base de uma estrutura que deveria ser, e para isso pretendemos apresentar a necropolítica e o biopoder e seus desdobramentos para pensarmos a educação e a educação a distância(EaD) .

Palavras-chave: Educação; EaD; Biopoder; Necropolítica

NECROPOLITICS, NECROPOWER: FACE TO FACE WITH HUMAN EXISTENCE

Abstract: The problem of inequalities that permeates society since its formation is represented by a group that maintains the rules to stay in coexistence and all the conditions under which the vast majority of people must live and die are installed in their mentality. The centralization of power, with the aggravating factor of racism, maintained its guaranteed space in the history of education, privileging and excluding, for similar reasons, access to knowledge, where the population serves as a production objective for the maintenance of power. While we will bring visions about education as an interest of society, it is important not to lose the basis of a structure that it should be, and for that we intend to present necropolitics and biopower and its consequences to think about education and distance education (EaD) .

Keywords: Education; EaD; Biopower; necropolitics

NECROPOLÍTICA, NECROPODER: CARA A CARA CON LA EXISTENCIA HUMANA

RESUMEN: El problema de las desigualdades que impregna a la sociedad desde su formación está representado por un grupo que mantiene las reglas para mantenerse en convivencia y se instalan en su mentalidad todas las condiciones en las que la gran mayoría de las personas

¹ Doutora em Educação pela Universidade São Francisco(2022).Especialista em Metodologia de Ensino (1988), Especialista em História da Arte(1993), Especialista em Educação Ambiental (2003). E-mail: nrigatto10@gmail.com

² Pós-Doutoramento pela Universidade de Wisconsin-Madison, no departamento de Curriculum and Instruction, com bolsa FAPESP (2015). E-mail: marciaaam@uol.com.br

deben vivir y morir. La centralización del poder, con el agravante del racismo, mantuvo su espacio garantizado en la historia de la educación, privilegiando y excluyendo, por razones similares, el acceso al conocimiento, donde la población sirve como objetivo de producción para el mantenimiento del poder. Si bien traeremos visiones sobre la educación como un interés de la sociedad, es importante no perder la base de una estructura que debe ser, y para ello pretendemos presentar la necropolítica y el biopoder y sus consecuencias para pensar la educación y la educación a distancia .

Palabras llave: Educación; DEA; biopoder; necropolítica

INTRODUÇÃO

O criador do conceito *necropolítica*, Achille Mbembe, é autor de obras que tratam de elucidar conceitos de descolonização com uma ampla visão política, histórica e que conversa com os preceitos foucaultianos sobre biopoder, biopolítica e governamentalidade, é também professor de história política e ciência em Joanesburgo e nos Estados Unidos. Necropoder significa a própria formação do terror, uma maneira de tratar os outros como “os negros do mundo”, instituindo-se de recursos para controlar, excluir e até exterminar aqueles que “se encaixem” nesse perfil. Para falar sobre o necropoder, Mbembe se aprofundou no conceito sobre biopoder e biopolítica, considerando que estão ligados a um fator mais essencial e que define toda a base de desestruturação defendida por Foucault. Mbembe apresenta três características que originam o necropoder, dentre elas: “a dinâmica da fragmentação territorial, o acesso proibido e expansão de assentamentos” (MBEMBE, 2018, p. 136). Isso, porque a necropolítica se utiliza do capitalismo e produz raças, além de mercadorias, em uma hierarquização de grupos humanos para compor o cenário da colonização.

Em primeiro lugar, a fragmentação territorial determina fronteiras e delimita espaços de pertencimento ao proprietário, o qual se torna automaticamente soberano sobre a respectiva terra. As leis estabelecidas para este contrato contemplam o domínio do proprietário e os direitos conferidos a ele sobre aceitar quem ele quiser em sua propriedade, ao mesmo tempo os direitos sobre aqueles que não são aceitos, levando à segunda característica apontada por Mbembe, o acesso proibido, e as implicações sobre as invasões territoriais. Sabemos que as propriedades são adquiridas por meio de pagamentos e que, aquele que não paga pela terra, não a possui. Isso se estende para além do pagamento sobre a terra em questão, como é evidenciado em nosso histórico social, com a cobrança de impostos. Há, portanto, o soberano/proprietário da terra e o soberano/Estado, este último que se coloca acima de todos os outros como o controlador e provedor estrutural para a população.

A estratégia dos impostos e a inflação, combinadas com outros fatores relacionados à própria “sorte” individual dentro da economia, prejudicaram inúmeras famílias que, por falta de sustentação, foram levadas à falência em seus negócios ou

impossibilitadas por alguma incapacidade, causando a miséria e doenças físicas e mentais que não permitiam a recuperação dessas famílias. Por consequência, foram criados os assentamentos, o que significa a doação de um espaço de propriedade exclusiva para a construção de células isoladas para a moradia e espaço de sustentação rural dessas famílias carentes. Lá, elas receberiam toda a infraestrutura para a sua subsistência.

Contudo, as desigualdades sociais e o necropoder, neste cenário, foram ganhando força. A ideia de soberania sobre a propriedade, sobre os impostos e sobre a sustentação estrutural da vida miserável e carente passou a gerar um constante terror. Isso, porque as desigualdades sociais e a miséria levam a todo tipo de crenças de escassez e incompetências que, por consequência, levam ao desespero e ao cometimento de crimes e violência. A ideia de segurança propõe a ideia de reclusão, o que gera ainda mais distanciamento social e, conseqüentemente, humano: aumentam-se as cercas, muros, dispositivos de defesa, como armas e os hábitos de exclusão em suas multifaces. Neste último, provavelmente se encontra a mais perigosa de todas as destruições. O ser humano foi se moldando à ideia da exclusividade familiar, dos grupos, das diferentes raças e culturas, e isso se tornou um ciclo sem fim. O Estado, por sua vez, está acima de toda atividade, onde controla e julga as pessoas com base em leis que, muitas vezes, são favoráveis à manutenção da desigualdade. Afinal, o Estado é colocado em seu direito divino de existir:

Violência e soberania, nesse caso, reivindicam um fundamento divino: o povo é forjado pela adoração de uma divindade, e a identidade nacional é concebida em oposição a outras divindades. História, geografia, cartografia e arqueologia supostamente apoiam essas reivindicações, relacionando estreitamente identidade e topografia. Como consequência, a violência colonial e a ocupação são profundamente subscritas pelo sagrado terror da verdade e da exclusividade (expulsões em massa, reassentamento de pessoas “apátridas” em campos de refugiados, estabelecimento de novas colônias) (MBEMBE, 2018, p. 136).

O necropoder atua através das regras sobre divisões territoriais, sobre o militarismo que deve manter a ordem e a segurança, com autonomia para usar a força contra quem julgar necessário, e todo tipo de burocracia que impede o exercício da “palavra de honra”, da confiança e do que nos torna humanos, transformando a vida em protocolos, atestados e processos. As ações militares ganham táticas globais de submissão com as armas biológicas, tecnologia aérea e subaquática, destruição estrutural de cidades – vias de circulação, abastecimento de comida, energia e água, fornecimento de petróleo e redes de comunicação – e, levando em consideração o alcance da influência do necropoder, a ciência também está sujeita a avaliações conspiratórias.

Com isso, o valor monetário corresponde a um fator determinante e também entra no jogo combinado com os outros fatores de guerra, uma vez que o jogo do poder

sempre foi intrínseco ao dinheiro. Os enclaves econômicos são estratégias que levam a alterações de grande impacto na vida das pessoas, no meio e em todo o fluxo estrutural de um lugar. A extração de recursos pode causar imobilização ou mobilização de consideráveis parcelas da população, pode formar refugiados e rebeldes e todo tipo de massacre do poder pessoal, a destruição de famílias e buracos fundos na dívida nacional.

Cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas que controlam territórios bastante distintos; ambos os lados têm como seus principais alvos as populações civis desarmadas ou organizadas como milícias (MBEMBE, 2018, p. 141).

Essa visão de Mbembe (2018) incita a magnitude da composição do terror engendrado na estrutura social. A complexidade, ainda, se estende entre as inúmeras soberanias estatais, levantando a questão da existência de uma soberania ainda superior. Para tanto, há estudos sobre grupos velados, detentores de um poder mundial, como os Illuminati, por exemplo. Mbembe intitula como necropolítica, o terror gerado a partir da negação da humanidade alheia, desencadeando formatos que incitam a soberania do poder - envolve a visão de hierarquia social com base no biopoder, e a força intelectual por trás dessa base foi construída por um racismo histórico que se instalou na forma de pensar em favorecimento da elite como uma casta superior e detentora de todo o controle sobre quem deve viver e quem deve morrer.

Na Segunda Guerra, a concepção da hierarquia de raças repercutiu nos genocídios entre experimentos e outras atrocidades conquistadas por agentes do necropoder. O líder do Estado, contendo a sua razão, conseguiu propagar o terror concebido através da arte de governar. As alterações são controladas pelo sistema e a população é “espremida” até que se obtenha os resultados esperados. Isto é, se a solução for a morte, o aumento do desemprego ou a fome, é um preço que a população paga para a sustentação do necropoder - afinal, ele precisa existir para que os seus agentes decidam por eles próprios e por todas as outras pessoas no planeta. Na organização da sociedade de base governamental, a vida e a morte são direitos conectados ao Estado, onde são utilizados recursos político-jurídicos na produção de normas gerais para sujeitos autônomos. Essa concepção sugere a sutileza com a qual foi aprendida a arte de governar, incluindo o neoliberalismo em comunhão com a governamentalidade por meio da biopolítica.

Em outras palavras, é com base em uma distinção entre razão e desrazão (paixão, fantasia) que a crítica tardo-moderna tem sido capaz de articular uma certa ideia de política, comunidade, sujeito – ou, mais fundamentalmente, do que abarca uma vida plena, de como alcançá-la e, nesse processo, tornar-se agente plenamente moral (MBEMBE, 2018, p. 124).

A necropolítica assimila a razão do sujeito adaptada à razão pública. A razão, neste caso, determina a liberdade individual, a qual, contraditoriamente, não se manifesta a partir da individualização propriamente dita, senão atrelada à institucionalização governamental. A concepção de vida e morte pode ser tratada de maneira literal, quando falamos sobre o corpo físico. Por outro lado, existe a concepção do “sujeito”, o qual sugere um ciclo de vida e morte filosófico, ao mesmo tempo em que envolve sérias consequências para o corpo físico, mental e emocional. Sendo assim, a questão primordial colocada como sobrevivência, ou seja, alimentação e segurança física, levam ao entendimento de que a posição social está implícita e mais ativa, sugerindo ao ser humano a sua condição essencial conectada ao “ser sujeito”.

Isso posto, ocasiona na separação intelectual entre o espírito e o ser humano. Espírito significa a intrínseca sensação que o homem contém em si sobre o ciclo da vida e da morte, sobre o ciclo natural do meio que contempla o caos e a ordem combinados em infinitos pequenos ciclos conectados aos elementos da natureza, o clima, os astros, as leis da física quântica e o grande mistério que representa a ignorância sobre a imensidão do universo e daquilo que é considerado além da compreensão humana.

O ser humano é um corpo estrutural de movimentos constantes que se alinham com a criação da vida e com a sua sustentação, mas a partir do trabalho o homem se torna um sujeito operante que obedece às ordens sistemáticas do poder econômico. O sujeito é, para a soberania, o homem trabalhador, útil, que serve à sociedade e produz capital. Ainda, sobre os aspectos essenciais, temos a sexualidade como parte obediente ao sujeito que se encontra limitado ao cumprimento de suas obrigações com o Estado. A energia da criação decorrente do prazer, do êxtase para além da razão e da lógica, está aprisionada pela visão limitada entre a vida e a morte.

A sexualidade está completamente associada à violência e à dissolução dos limites de si e do corpo por meio de impulsos orgíacos e excrementais. Como tal, a sexualidade diz respeito a duas formas principais de impulsos humanos polarizados – excreção e apropriação – bem como o regime dos tabus em torno deles (MBEMBE, 2018, p. 126).

O sexo é um campo de estudo milenar que, em algumas culturas, especialmente orientais, compreende a importância da conexão energética produzida em seu ato, que se inicia muito antes do contato físico e se estende para muito além dele. No ocidente, ocorre a banalização do sexo forçado em usar pessoas como objetos. Em uma associação rápida, podemos comparar o sexo com a cultura do consumo: desejamos, adquirimos, descartamos. O sexo tem grande relevância, porque representa poderes essenciais do ser humano: a energia vital, a realização pessoal e a satisfação, o vínculo emocional com o outro, a geração (o início) da vida e da família e a relação com o trabalho, uma vez que a posição individual sobre seus próprios talentos e onde eles podem servir à sociedade, estão atrelados à mesma energia de manifestação e de

cocriação da realidade. A política entra como mediadora em defesa da razão do sujeito. Ela pretende preservar as faculdades humanas em equilíbrio com a sua posição social que nunca está isenta das limitações impostas pelas regras governamentais. “Mais especificamente, a política é a diferença colocada em jogo pela violação de um tabu” (MBEMBE, 2018, p. 127).

A necropolítica, através do necropoder, ensina essa assimilação do terror em nossa vida cotidiana. Aceitamos que as máquinas tomam o lugar da mão de obra humana e que o capitalismo exige essa condição para produzir capital em escala maior que antigamente. Aceitamos o descarte de lixo e poluição com gases, óleos e todo tipo de toxidade que mata a nossa maior fonte de vida, que é o meio ambiente, em sacrifício pela produção. A hipocrisia entra em pequenas ações, até compor a mentalidade da população e as pessoas defenderem o dinheiro a custo da vida.

O BIOPODER NA VISÃO DA NECROPOLÍTICA

O biopoder apontado por Foucault conversa com a necropolítica e a filosofia sobre a vida e a morte, associando o poder soberano sobre a morte com a visão racista. Segundo Mbembe:

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (MBEMBE, 2018, p. 128).

A raça sempre encontrou, historicamente, espaço para conflitos e guerras. A conquista por terras que pudessem ser dominadas em nome de uma cultura ou religião, a escravidão e a luta entre classes, se observarmos atentamente, gira em torno da ideia concebida de raça. A definição de raça, ou seja, as características físicas ou genéticas que originam espécies humanas em grupos diferenciados, é usada pelo biopoder para a concepção do racismo. O que ele (biopoder) faz, é se aproveitar dessa diferenciação, para determinar quem deve viver e quem deve ser deixado para morrer.

O racismo faz parte do histórico da humanidade de maneira tão presente, que em pleno século XXI, com todo o direcionamento voltado para a inclusão social, ainda o encontramos nas ações mais sutis do dia a dia, até mesmo na própria luta contra ele. O que acontece, sobre este tema extremamente polêmico, é que o biopoder é base da ideia toda – a exclusão de raças/povos estrangeiros ou a sua dominação. Existe uma grande defesa de países contra a invasão estrangeira e, mesmo em momentos cruciais, como grandes guerras, o fechamento das fronteiras e as táticas de exclusão

em carreiras e nos espaços de convívio social, por exemplo, são justificadas e apoiadas por incontáveis grupos, normalmente com grande influência econômica.

Neste ponto, o Estado tem significativa participação, enquanto se utiliza das mais plausíveis justificativas que fomentam a exclusão em sua posição central de biopoder. A ideia de que a existência do outro, singularmente, representa uma ameaça para a vida de alguém, é de fato o que rege o pensamento soberano, combinando perfeitamente com o pensamento racista. Olhando para tempos remotos, era de costume os soberanos estarem sempre atentos a conspirações e, através de conselheiros e espiões, certificarem o cumprimento de suas ordens no reinado e nos arredores, em vista da manutenção do biopoder.

Hoje, não é tão diferente. A configuração do biopoder tem uma nova aparência, entretanto age com uma estratégia bem parecida por meio de armas mais sutis, intelectuais e tecnológicas. Porém, em todos os casos, há uma questão implícita de ligação à ideia de que a morte de uns se faz necessária para a sobrevivência de outros e, ainda, que essa decisão cabe aos centralizadores do biopoder. No Antigo Regime, havia os denominados “selvagens”, os quais representavam os nativos das regiões (que aprenderam a sobreviver em condições naturais e desassociadas dos costumes da sociedade e de um Estado), entre outras pessoas que escolhiam ou eram forçadas a viver este estilo de vida em exílio ou foragidos.

Após a Revolução Francesa, as classes trabalhadoras e os “desamparados pelo Estado” substituíram os selvagens na concepção do biopoder. Com isso, foram sendo denominados os “inimigos do Estado” acometidos por sua contradição aos deveres submissos. Os métodos de punição contra esses inimigos eram diversificados e aterrorizantes. Com o tempo, formas mais íntimas e tranquilas de aniquilação apareceram, na tentativa de manter a aceitação popular do poder soberano sobre a morte, por meio do discurso de abominação do terror e da preservação dos direitos humanos.

Como David Bates tem mostrado, os teóricos do terror acreditam ser possível distinguir entre autênticas expressões da soberania e as ações do inimigo. Eles também acreditam que é possível distinguir entre o “erro” do cidadão e o “crime” do contrarrevolucionário na esfera política. Assim, o terror se converte numa forma de marcar a aberração no corpo político, e a política é lida tanto como a força móvel da razão quanto como a tentativa errante de criar um espaço em que o “erro” seria reduzido, a verdade, reforçada, e o inimigo, eliminado (MBEMBE, 2018, p. 130).

A percepção de Mbembe (2018) indica uma profunda análise do que vivenciamos no sistema político, o qual se tornou o mediador entre a razão e a moral que deve agir de acordo com ela. A política traduz uma realidade (de terror) aceitável para o cidadão, enquanto os geradores do terror mantêm o biopoder em funcionamento e a ideia de que tudo está sendo cuidado e resolvido é mantida – e a necropolítica é o resultado (ou o meio) disso.

Vivemos para aceitar os deslizes que os centralizadores do poder causam, em vista de que eles sabem mais para decidir o que está certo e errado para continuar tentando e provando a estrutura de sobrevivência para nós, enquanto estamos desviando o foco da força de trabalho para a manutenção do biopoder, nos tornando fracos para a nossa subsistência e cada vez mais dependentes do Estado. A defesa da desmercantilização, supostamente resolveria os problemas de desnivelamento social, mas também colaborou historicamente para a propagação do terror. Isso, porque existe a cultura da liberdade, as necessidades humanas e o contingente histórico em jogo, representando pilares distintos e conflituosos no que concerne as preferências individuais. Portanto, o que foi provado nas tentativas de implementação, é que não houve até então alternativa não violenta no percurso de desmercantilização, causando interferência militar e administrativa que conferiram grandes fracassos administrativos, golpes de Estado e conflitos mortais.

Pode-se mesmo argumentar que buscavam erradicar a pluralidade da condição humana. Com efeito, a superação das divisões de classe, o definhar do Estado, o florescimento de uma verdadeira vontade geral pressupõem uma visão da pluralidade humana como principal obstáculo para a eventual realização de um *telos* da história predeterminado (MBEMBE, 2018, p. 130).

Sobre a aceitação humana, ironicamente, está o terror direcionado à vida alheia. Por um lado, não abrimos mão de nossos benefícios - não voluntariamente. No entanto, observar a perda de recursos e direitos do outro, até mesmo a sua própria vida ou o direito sobre ela, não apresenta grande preocupação social e até humana em nosso histórico político e econômico. A experimentação da necropolítica pode ser identificada na escravidão. O escravo não tem direito sobre si mesmo e não tem posição política. A sua vida pertence ao seu dono e ele deve obedecer completamente aos comandos de execução sem direitos de reivindicação ou improdutividade, com risco de severidade e violência em qualquer nível que o seu proprietário desejar. “Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado” (MBEMBE, 2018, p. 131).

A escravidão foi aceita dentro do contexto da etiqueta, com todo o terror que ela representa. “A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida” (MBEMBE, 2018, p. 132). No caso da escravidão, a necropolítica corroborou o ato de aceitar as diferenças sociais de modo massacrante dentro de uma concepção ética. Isto é, quando os europeus se aventuraram em busca de conquistar novas terras, deparando-se com os nativos locais, sentiam-se automaticamente e validamente em posição de tratá-los como animais, sem nenhum peso sobre o fator da igualdade humana, como se “de alguma forma não tinham consciência de que haviam cometido assassinato” (MBEMBE, 2018, p. 133).

Sendo assim, o biopoder não se resume em uma subdivisão hierárquica, mas também se alimenta de uma diferenciação sobre aqueles que merecem decidir sobre a maneira de viver e de morrer de outros. E, através da necropolítica, aceitamos este

fato. A importância desse entendimento se faz para que percebamos a ausência de tipos de regimes, modos de governar, tipos de políticos e qualquer justificativa criada em vista da expectativa de “alguém” ou algum método que acabará com o nosso verdadeiro inimigo – o biopoder. Para entendermos a dimensão do biopoder, de que maneiras ele opera e como a população assimilou uma estruturação necropolítica, mesmo sendo ela a maior prejudicada, precisamos ter uma visão conceitual e histórica das relações sociais, como veremos a seguir com ajuda da necropolítica.

A DESCOLONIZAÇÃO NA VISÃO NECROPOLÍTICA

Em entrevista para o site A Fita, Achille Mbembe discorre sobre a necropolítica. Diferente das referências anteriores utilizadas neste estudo, a fala de Mbembe apresenta aspectos pós-coloniais, tratando de informações que se ajustam ao contexto da pós-modernidade com uma visão que se alinha com toda a era da descolonização. Mbembe, em sua obra *Crítica da Razão Negra* (2014), elucida uma necessidade abafada sobre a humanidade subalterna - das pessoas que, por motivo de racismo, *status* social, condição migratória entre outros, foram sendo empurradas para circunstâncias de escassez, causando um grande desequilíbrio na convivência humana.

Lidamos com as diferenças sobre o pertencimento no mundo para cada “tipo” de pessoa ou grupo com o qual ela se identifica. Isso quer dizer que a descolonização é vista como um ensaio, e não como uma conquista, nos dias atuais (MBEMBE, 2014).

Uma diferença importante é a escala tecnológica que levou à emergência do capitalismo computacional dos nossos tempos. Não estamos mais na era da máquina, mas na era do algoritmo. Essa escalada tecnológica, por sua vez, ameaça tornar todos nós em artefatos – o que eu chamei em outro momento de “tornar-se-o-negro-do-mundo” – e em tornar redundante uma grande parte do poder muscular do qual o capitalismo dependeu por muito tempo (MBEMBE, 2019).

Na visão de Mbembe, ocorre uma extensão do racismo para todos os perfis de trabalhadores, hoje espalhados entre bilhões de pessoas (ou mais), porque representam a classe submissa ao Estado (último soberano). Ou seja, acreditamos que temos alguma vantagem, quando temos mais dinheiro, mais posses ou o que nos conceda a sensação de poder social, no entanto, apesar de haver uma conveniência a mais ou a menos, estamos sendo conduzidos por um governo que nos mantém como os “negros do mundo”, de alguma forma.

É importante esclarecer a relação social pelo ponto de vista da necropolítica para entender o que, muitas vezes, chamamos de evolução. A tecnologia avança aspectos de conexão e tempo, ao mesmo tempo em que distancia a afinidade humana. Se compararmos o processo de aprendizagem dado onde o aprendiz acompanha o mestre em seus passos, observa com seus próprios olhos, a sua sabedoria perante a

vida, além do que é dito e absorvido, há o fator determinante que é a intimidade e a ligação geradas através do contato humano. Portanto, enquanto se fala em igualdade social estamos alimentando a exclusão e o preconceito em cima de uma base de dados. A ideia de Foucault sobre o biopoder é sustentada por uma filosofia Pós-Moderna de hipocrisia, alimentada junto com a necropolítica.

Nesse contexto, desconstruir a “branquitude” implica num despertar para o autoconhecimento e o redesenho de instituições herdadas de um passado brutal. Nesse sentido, o projeto de descolonização é ao mesmo tempo uma crítica das instituições e uma crítica do conhecimento (MBEMBE, 2019).

De acordo com Mbembe, a descolonização ainda está em andamento e necessita de constante atenção para se livrar de máscaras sustentadas pelo necropoder. A chamada para o autoconhecimento é crucial para compreendermos as artimanhas do ego envolto pelo biopoder e contaminado pela governamentalidade, com a qual convivemos há tanto tempo que ainda necessitamos de esforço para promover uma mudança social real e efetiva.

A educação, neste ponto, é um dos pontos de partida, porque se trata de um aspecto que nos acompanha desde sempre e para sempre. É a educação que trabalha o conhecimento para que ele seja aplicado nas outras áreas, por onde aprendemos qual é nosso ofício para a sociedade. E, justamente por isso, a educação também vem carregada de biopoder. O sistema educacional já é manipulado pelos agentes do biopoder. Por conseguinte, os educandos recebem o conhecimento direcionado para o biopoder. A trajetória escolar leva à trajetória profissional, então o alinhamento está na serventia ao Estado, de uma forma ou de outra, seja pagando impostos em um empreendimento, seja como funcionário, sem contar o tipo de serviço e como ele chegará nos interesses governamentais, considerando que são diversas as vertentes que vão ao encontro desse objetivo.

Neste contexto, a EaD é um subproduto social, que traz recursos tecnológicos e faz parte do universo digital que representa o meio mais atual de comunicação. A EaD se mostra em ascensão, ao mesmo tempo em que traz o desafio da adaptabilidade aos usuários, visto que a tecnologia muda rapidamente e que os recursos são variados.

O meio ao qual a EaD está inserida, por sua vez, envolve educação, sociabilização, informatização e os diversos tipos de relacionamentos. A digitalização se tornou um universo, onde as pessoas têm vidas em ação o tempo todo e, portanto, são altamente influenciadas pelas informações contidas nele. As pesquisas para obtenção de informação relevante são realizadas no meio digital, o qual nem sempre é confiável. É o que acontece com as *fake news* que geraram uma nova onda de conhecimento baseado na informação espontânea e “comprada”, ou seja, até que seja desmascarada a verdade sobre determinado assunto, já se foi dito tanto sobre aquilo que não aconteceu de fato que a verdade deixa de ter tanta importância – imaginemos um milhão de pessoas compartilhando *fake news* e um terço divulgando a veracidade da informação, para visualizarmos o peso de uma notícia.

Para a educação, imaginemos as pesquisas sobre um tema de aprofundamento que impactará outros estudos e condutas. Então, imaginemos que as análises e conclusões foram elaboradas com base em informações não constatadas, as quais estarão disponibilizadas como material de apoio para o desenvolvimento de habilidades de conhecimento na execução de serviços e produtos, estes que, por sua vez, estarão para a saúde e o bem estar da população.

Sabemos o valor contido em uma pesquisa, seja ela com base de campo ou teórica. Por este motivo, a veracidade das informações (ou a falsidade) compromete diretamente os resultados. O conhecimento, antes passado de pai para filho, agora é propagado de um canto a outro do mundo com a mesma velocidade. No entanto, a atenção que um pai tem por seu filho não é, necessariamente, compartilhada por todas as pessoas que transmitem conhecimento. Este comentário não se trata de uma sugestão, de que o (algum) modelo antigo era melhor, mas da origem de uma informação e da maneira com a qual ela é passada de um para o outro, porque é fato que perdemos o controle da informação, mas não se foi perdido o sentimento causado nas pessoas que a recebem, que pode ser produtivo ou destrutivo.

Num sentido amplo, a expansão colonial foi um projeto planetário. Apesar de ser impulsionada em grande parte por estados-nação e empresas nacionais, ela tinha mais a ver com a realocação dos recursos da Terra e a sua privatização por aqueles que tivessem o maior poderio militar e a maior vantagem tecnológica. É por isso que, em seu sentido mais histórico, a descolonização é por definição uma empresa global, uma abertura radical do e para o mundo, um alargamento do mundo em oposição ao isolamento (MBEMBE, 2019).

E por haverem interesses obscuros – e já sabemos que eles são concentrados no biopoder – é possível interpretar a noção de “dividir e conquistar” que conhecemos de tempos de guerra, em momentos de passividade, porque essa verdade ainda é predominante. As pessoas se isolam cada vez mais umas das outras, onde os algoritmos substituem os sentidos e a expressão *cada um por si* tem um significado ligado ao nosso instinto natural. “A novidade é a produção em escala massiva de corpos ‘descartáveis’, uma humanidade residual que é vista como descartável” (MBEMBE, 2019).

Com a divisão e o isolamento, o biopoder se instala mais facilmente, ou seja, onde não há fortalecimento unido. Na escola, o biopoder exercido em sala de aula gera uma hierarquia onde o aluno se submete ao professor. Então, essa relação é submetida ao sistema educacional e a outros sistemas, como o mercadológico e o econômico. Por fim, os sistemas são submetidos ao Estado. Com isso, é necessário nos questionarmos a respeito da EaD como um formato eloquente de educação, não sobre a sua tendência em si, mas a base de fundamento sob a qual ela está sendo moldada. Tomemos em conta o universo digital.

NECROPOLÍTICA DIGITAL

Mbembe explica o universo digital sob o aspecto necropolítico e mercadológico. Não precisamos ir muito longe para encontrar a veracidade dessa declaração, quando está estampado, em todas as redes sociais, a força da repetição.

Como repositório dos nossos desejos e emoções, sonhos, medos e fantasias, nossa mente e nossa vida psíquica se transformaram em matéria-prima sobre a qual o capitalismo digital busca capturar e transformar em mercadoria.

[...]

Em resumo, o racismo está se realocando ao mesmo tempo sob e sobre a superfície da pele. Ele se reproduz através de telas e espelhos de vários tipos. Tem se tornado ao mesmo tempo espectral e fractal (MBEMBE, 2019).

O que é repetição digital? O vitrinismo de produtos, serviços e cotidianos pessoais de milhões de usuários atraem a atenção de outros milhões, diariamente, com a mesma proporção. A vida das pessoas (e dos animais, também) são produzidas e publicadas em busca de ibope, através do qual podemos atingir credibilidade, prestígio e lucro. Quanto mais seguidores leais e interagidos com a nossa história, mais chance de vender algo para essas pessoas temos. A repetição digital sugere que estamos copiando os mesmos padrões mercadológicos que nos posicionam como alvo para o consumo e produção de biopoder governamental. Como aponta Mbembe, nossa própria condição humana é usada como recurso de atração para agirmos de acordo com objetivos de venda.

O que acontece com a digitalização dos relacionamentos é que o distanciamento presencial está sendo, cada vez mais, uma alternativa atraente. A “realidade virtual” cria um espaço seguro de distanciamento, que pode ser meramente espacial, mas também pode ser emocional e intelectual, onde a comunicação entre pessoas pode ser editada conforme as preferências individuais, evitando contato em momentos desagradáveis e buscando o melhor ângulo de aparição, características que afastam a espontaneidade integral das relações presenciais.

O enredamento completo entre o humano e o tecnológico, tão típico da nossa era, transformou profundamente as maneiras com o qual o processo cognitivo se dá, como as pessoas sonham e com que tipo de mudanças elas sonham, em resumo, como o que é político é configurado e experienciado (MBEMBE, 2019).

Acompanhar as mudanças estruturais em nosso comportamento deveria ser um empenho essencial, assim como a alimentação e o sono. Entender de que maneira nosso corpo e nossa mente está absorvendo as informações que vivenciamos em nossas vidas influencia diretamente em nossas necessidades básicas, porque tudo tem início na percepção sobre o que é, de fato, importante.

CONCLUSÕES

Hoje, a Internet corresponde a inúmeros indicativos conectados a aspectos de necessidades diárias. As compras, os planejamentos de viagens e passeios, a busca por novidades, o encontro com pessoas queridas, tudo isso faz parte de um movimento virtual, o que, há algumas décadas, era muito diferente. A concepção de tempo era diferente e, neste ponto, o mundo digital veio com a proposta de abrir mais espaço para que as pessoas pudessem aproveitar melhor o seu tempo, pela facilidade com a qual elas têm acesso aos itens de sua necessidade. Portanto, a ideia seria, por exemplo: se eu demoraria duas horas para sair de casa, fazer compras e voltar, na internet eu deveria demorar menos tempo ou conseguir fazer outras coisas ao mesmo tempo e poupar a energia e o dinheiro que eu gastaria, saindo de casa. Por um lado, há um tempo poupado, ao mesmo tempo em que se pode perder muito mais tempo ainda buscando coisas pela internet, com tantas opções, fora a ausência de tato e prova, o que adia ainda mais a compra, e fora as distrações que podem ocorrer no meio das buscas, como o encontro com outros artefatos atrativos que induzem a pesquisar mais, comprar mais e, conseqüentemente, gastar mais dinheiro e energia, correndo o risco dos produtos não chegarem, de devoluções e reclamações, que podem levar a outros desgastes.

A experiência pessoal com o mundo afora, de dentro de casa, não pode ser comparada à experiência do movimento externo. É como acontece com a ideia de um planejamento. Planejamos algo e estabelecemos um cronograma, então, durante o percurso, devemos lidar com circunstâncias imprevisíveis que podem nos causar uma revisão e, talvez, alterações de execução. Isso quer dizer que, aquilo que imaginamos não é o mesmo que a experiência em si. A experiência ganhou significado diferenciado no campo digital. Ela se resume em demonstrações do que foi elegido como apresentável, produzido, editado e filtrado. A subjetividade experimental é superior à razão, ao que move as nossas necessidades individuais e as nossas relações. Com isso, a construção de perfis *fakes* traduz uma tendência que muitos de nós aplicamos em nossas rotinas, independentemente de termos os nossos rostos verdadeiros publicados nas redes sociais, enquanto estamos nos escondendo por detrás de uma tela.

A política, a educação e a completa noção de relacionamento com outras pessoas, com outros seres e com o meio ambiente, estão sendo atrelados a discussões de imagens intermitentes sobre assuntos que não são observados de maneira pragmática, e sim, subjetiva. Mais do que nunca, na era digital, as emoções humanas estão servidas em pratos escancarados nas mídias, pelos próprios usuários convencidos de que estão agindo com total autonomia e liberdade de expressão, e que isso está acima da razão, sem contemplar as influências coletivas e sistemáticas que regem essas próprias escolhas.

Apesar de serem lutadas em nome da igualdade e da justiça, algumas dessas mobilizações podem terminar reencenando uma lógica sectária de cerceamento, estando escoradas em noções frágeis de identidade, gênero ou cultura como espaços de proteção e imunidade, como fronteiras que permitem um encastelamento contra “aqueles que não são tão radicais como nós” (MBEMBE, 2019).

A descolonização se assemelha ao que estamos realizando na digitalização global e evidencia o paradoxo atual - liberdade *versus* aprisionamento ou igualdade *versus* desigualdade – este último não se trata de posição social, precisamente, mas de todo tipo de preconceito pressionado através das nuances preferenciais a respeito dos mais diversos assuntos. A magnitude dessa situação, que envolve as minuciosidades de escolhas, se tornou um emaranhado de ofensas trocadas nas mais inocentes declarações, porque é extremamente difícil acompanhar e compreender os detalhes que envolvem cada escolha individual em um coletivo de tantas pluralidades.

A política de identidade tem sido historicamente mais usada por aqueles que desejam estigmatizar diferentes “raças”, aqueles que em primeiro lugar não acreditam em nossa humanidade comum. Eles cultuavam a diferença, que eles usaram como arma (MBEMBE, 2019).

Muitas pessoas que sofreram preconceitos, sejam eles raciais ou de outra natureza, internalizaram os sentimentos e, em oportunidade posterior de assumirem sua voz, carregavam essa carga de terror, que agora se manifesta através dos oprimidos em tentativa de exprimirem-se nessa mesma diferenciação, em busca de valorizá-la. A questão real é que a economia não necessita de todos os habitantes que existem no mundo. Ouvimos que não há trabalho para todos e que há muitos desempregados, que existem pessoas desvalorizadas e outras supervalorizadas. No entanto, depois de mais de um século lidando com o desemprego, os governos haveriam encontrado uma solução para isso, visto que é uma das grandes problemáticas sociais em uma nação. Segundo Mbembe, são calculados os números de pessoas que são úteis e que não são, então são desenvolvidas políticas de direcionamento ao percentual de descarte da população (MBEMBE, 2019). Por isso, nos envolvemos em circunstâncias diversas de exclusão e preconceitos, absorvendo a mentalidade do descarte humano. Temos gerações de ancestrais que nos educaram para nos preocuparmos com a escassez e com a desumanidade.

A não ser que reinventemos os termos do que pode ser contado e no processo ressignifiquemos o que significa “valor” e os procedimentos de atribuição de valor, de mensuração de valor, de troca de valor, as coisas não vão mudar. Essas são algumas questões chave que qualquer projeto de descolonização que mereça ostentar esse nome precisa abordar se seu ímpeto em descolonizar seja mais do que um mero fantasma ideológico (MBEMBE, 2019).

Para tanto, é necessário atrair toda a concepção filosófica e histórica do mundo, as observações e estudos a respeito das emoções humanas e das necessidades para a nossa sobrevivência em equilíbrio. Estamos assassinando o conhecimento por conta da informação. Estamos traduzindo o conhecimento em dados, em algoritmos, em quantidades. E sabemos que o “ser humano” é muito além disso. Mesmo com a exatidão da matemática e da computação, precisamos entender o significado dos resultados para a vida. Os estudos de Mbembe contribuem para que tenhamos uma visão amplamente verídica sobre os centramentos de poder e de ordem (e desordem) que controlam as ações populacionais em todos os aspectos.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso (1970)**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber (1926-1984)**. trad. Luiz Felipe Baeta Neves, ed. 7. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Nascimento da biopolítica (1978-1979)**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. **Outras fitas: Descolonização, necropolítica e o futuro do mundo com Achille Mbembe**. Entrevista para A Fita. 30 out. 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/443213922/Outras-fitas-Descolonizacao-necropolitica-e-o-futuro-do-mundo-com-Achille-Mbembe-A-Fita>- acesso em 04-07-2022.

Recebido Agosto 2022

Aprovado Abril 2023.